



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Assessoria de Planejamento

ATA DA 11ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO TJMS – RAE

1. IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

Data	Horário	Local	Coordenador
13.08.2018	14h	Sala de Reunião da Direção-Geral	Dr. Luiz Antonio Cavassa de Almeida

2. OBJETIVOS DA REUNIÃO

1. Atender a Resolução 198, art 9º, do CNJ, em que os tribunais deverão promover Reunião de Análise da Estratégia - RAE, para acompanhamento dos resultados, nas quais poderão promover ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho institucional.

3. PARTICIPANTES

1. Luiz Antonio Cavassa de Almeida (Juiz Auxiliar da Presidência)
2. Dr. Fábio Possik Salamene (Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça)
3. Newton Cesco Júnior (Diretor de Planejamento)
4. Tatiana Barbosa Rodrigues (Coordenadora de Planos Institucionais)
5. Adriane M. Velásquez Campozano (Analista Judiciário - Coordenadoria de Planos Institucionais)

4. PAUTA

Assunto

1. Apresentação do panorama referente ao 1º semestre de 2018 do Plano Estratégico 2015-2020.
2. Apresentação dos resultados estatísticos do TJMS do 1º semestre de 2018 em relação ao 2º semestre de 2017, conforme a Resolução 76/2009 (Justiça em Números) do Conselho Nacional de Justiça.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Assessoria de Planejamento

ATA DA 11ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO TJMS – RAE

5. DISCUSSÃO DA RAE

Iniciada a reunião, o Diretor de Planejamento, Sr. Newton Cesco Junior, cumprimentou os presentes e disse que num primeiro momento seriam apresentados os resultados do primeiro semestre de 2018 do Plano Estratégico 2015-2020 e, em seguida, o panorama da Justiça em Números, de acordo com a Resolução 76, do CNJ. Os dados foram apresentados em planilhas e gráficos. Iniciada a análise dos resultados coletados no primeiro semestre de 2018 do Plano Estratégico 2015-2020, o Sr. Newton Cesco Junior apresentou o objetivo I e esclareceu que seu resultado continua em 47%, até a realização da nova pesquisa de satisfação, em 2019. O objetivo II foi apresentado com status vermelho nos dois indicadores: Tempo médio de Tramitação dos Processos de Conhecimento Criminais Baixados no 1º Grau, com índice aumentado em 2,23%; e o Tempo médio de Tramitação dos Processos de Conhecimento Não-Criminais Baixados no 1º Grau, com índice aumentado em 16,97%, indicando que as metas de seus indicadores ainda não foram alcançadas, pois ambas deveriam diminuir esse índice em 5% ao ano até 2020. Para o objetivo III existem quatro indicadores. O primeiro, referente ao desempenho de processos redesenhados atingiu 0%, pois não houve processos redesenhados nesse período e serão reiniciados os trabalhos dos ciclos de melhoria numa nova abordagem, conforme visita técnica feita ao TJCE; o segundo indicador também não alcançou a meta, pois não treinou nenhum servidor, mas tende a melhorar assim que forem retomadas as capacitações de novos servidores em gestão por processos. O terceiro indicador desse objetivo também não alcançou sua meta, mas será fomentado o início de novos ciclos de melhoria, com nova abordagem, após a visita técnica ao TJCE. O quarto indicador atingiu 100% de sua meta, ao concluir o checklist de visibilidade positiva do PJMS. O objetivo IV foi apresentado com status vermelho, pois a taxa de agilidade no julgamento das ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública se encontra em 23% e a meta é que se alcance 70% da taxa de agilidade, até 2020. O objetivo V possui dois indicadores: Percentual de cumprimento de monitoramento dos processos dos grandes litigantes e dos recursos repetitivos, que se encontra indisponível, pois deixou de existir pelo CNJ; e o Índice de Concentração de Processos dos Maiores Litigantes (ICP) que apresentou uma redução de 5,17% em relação ao semestre anterior. Seguindo a apresentação, no objetivo VI foi informado que o primeiro indicador, Taxa de sessões positivas realizadas atingiu 52,5%, para o cálculo deste indicador foram consideradas as audiências de conciliação e mediação pré-processuais e processuais. O universo de mediações realizadas com e sem acordo totalizaram 1482, porém esse indicador considera Taxas de Sessões Positivas as realizadas somente com acordo, que foram 884, alcançando um índice de 60%. O universo de conciliações realizadas com e sem acordo totalizaram 4227, porém também foi considerado apenas as com acordo, que chegaram a 1895, alcançando um índice de 45%. Para chegar aos 52,5% deste indicador foi feito a média do índice das mediações e conciliações com acordo. Já no segundo indicador além de não atingir a meta foram desinstalados 01 CEJUSCs em Campo Grande: CEJUSC/Anhanguera. Em seguida foi apresentado o objetivo VII, que reflete a meta ENASP,



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Assessoria de Planejamento

ATA DA 11ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO TJMS – RAE

porém se encontra indisponível, pois deixou de existir pelo CNJ. O objetivo VIII, “Potencializar o capital humano para a execução da estratégia”, tem como metas de seus indicadores: treinar 100% dos novos servidores em até seis meses após sua nomeação; e aumentar em 1% a média geral do Resultado de Avaliação Institucional. A primeira meta se encontra indisponível, tendo em vista que a EJUD não realizou a revisão dos cursos que irão compor a base de cálculo do indicador, conforme tratado em reunião com a Assessoria de Planejamento. A segunda não superou a meta e ainda reduziu em 4,2%. Também foram apresentadas as metas para objetivo IX, “promover a melhoria do clima organizacional da instituição, da comunicação interna e da qualidade de vida”. Dentre elas, a meta de alcançar 100% das ações decorrentes do plano de comunicação da estratégia e 100% do cumprimento do plano de ação de qualidade de vida no trabalho, ambos tiveram o alcance total da meta. A meta de “reduzir para 2% o afastamento de servidores decorrente de atestado médico e licença médica para tratamento da própria saúde” está sendo alcançada, pois seu resultado se encontra em 1,13% dos 2% previstos na meta para 2018. Em continuidade, a reunião avançou para análise do objetivo X, que tem como metas: Alcançar 100% das ações iniciadas decorrentes do plano de obras, até dezembro de 2018; Reduzir para 10% o número de solicitações de compras fora do prazo, até dezembro de 2018; e Alcançar semestralmente 100% das demandas solicitadas. Quanto ao cumprimento do plano de obras, o resultado alcançado foi de 80%. Em sua análise, foi informado que os valores coletados referem-se ao Plano de Obras readequado às medidas com objetivo de redução de gastos, e, após lançamento de dados para a elaboração da proposta orçamentária do PJMS 2019. A meta 2 se encontra indisponível, tendo em vista que para realizar a correta análise neste ano de 2018 das solicitações de compras da SBS/Licitação recebidas, fora do prazo, será necessário aguardar o encerramento deste exercício de 2018. Sendo assim, até o momento todas as solicitações devem ser consideradas como recebidas dentro do prazo. Na meta 3, que mede o índice de atendimento de serviços, foi alcançado 99,49% dos 100% previstos na meta. O objetivo XI visa a atender 100% das necessidades de tecnologia e informação identificadas para o projeto de “elaboração de implantação de modelo e software de gestão de desempenho dos oficiais de justiça” e foi alcançado 85% da meta. No objetivo XII, o indicador Índice de governança de TI (iGov-JUD) se encontra indisponível, pois o Conselho Nacional de Justiça é o responsável por coletar e divulgar a nota obtida pelo Tribunal, o que ocorre geralmente no final do ano. Para o primeiro semestre de 2018 não há dados disponíveis, visto que o questionário ainda não foi aplicado. O segundo indicador refere-se ao cumprimento dos acordos de nível dos serviços - SLAs. O resultado obtido para esse indicador foi de 83,3%, sendo a meta de 95%. O último objetivo, “Aprimorar a gestão do orçamento alinhando ao plano estratégico”, apresentou um resultado de 22,7% dos 80% previstos na meta, ficando muito abaixo do previsto para o 1º semestre do ano. Finalizada a análise dos resultados do Plano Estratégico do primeiro semestre de 2018 o Sr. Newton Cesco Junior deu início à apresentação do panorama estatístico do 1º semestre de 2018 em relação ao 2º semestre de 2017 do PJMS. Ademais foi feita ainda a análise do 2º semestre do ano de 2017 em relação ao mesmo período de 2018. Foi informado que a quantidade de casos novos da Justiça Comum do 2º semestre de 2017 foi de 102.024 processos e do 1º semestre de 2018 foi



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Assessoria de Planejamento

ATA DA 11ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO TJMS – RAE

de 101.113 processos, obtendo uma variação de (- 0,9%) de 2018 em relação ao semestre anterior. Nos juizados a quantidade de casos novos do 2º semestre de 2017 foi de 48.156 processos e do 1º semestre de 2018 foi de 48.818, obtendo uma variação de (1,4%) em relação ao semestre anterior. Paralelamente o diretor analisou essa informação em gráficos com dados dos seis primeiros meses para os anos de 2017 e 2018; nesta análise o Diretor informou que houve um aumento de 5,0% na distribuição de casos novos, na Justiça Comum, no começo do ano, no comparativo entre 2017 e 2018, foram registradas 96.304 novas ações em 2017 e 101.113 ações em 2018; nos juizados a situação é oposta uma vez que houve queda de - 6,7% nos casos novos; em 2017, no primeiro semestre, foram ajuizados 52.336 casos novos, e no mesmo período de 2018 o número caiu para 48.818 casos novos. Sobre estes resultados o Diretor falou da necessidade de uma ação para evitar novos ajuizamentos já no começo do ano. O Sr. Newton Cesco Junior seguiu apresentando os resultados dos processos pendentes da Justiça Comum sendo no 2º semestre de 2017 a quantidade de 773.441 e no 1º semestre de 2018 a quantidade de 784.392, ocorrendo uma variação de 1,4% em relação ao semestre anterior. Nos juizados a quantidade de processos pendentes no 2º semestre de 2017 foi de 80.424 e no 1º semestre de 2018 foi de 83.109 processos, obtendo uma variação de 3,3% em relação ao semestre anterior. Sobre o mesmo quesito, no comparativo entre o primeiro semestre de 2017 e o primeiro semestre de 2018, ocorreu um crescimento de 2,1% nos processos da justiça comum. No primeiro semestre de 2017 o acervo de pendentes desta era de 768.577 processos, subindo para 784.392 pendentes no primeiro semestre do ano seguinte. Os resultados dos juizados também apresentaram um crescimento de 3,35% no acervo de pendentes. No primeiro semestre do ano de 2017 os pendentes somavam 80.416 processos, enquanto que no mesmo período do ano seguinte este acervo foi para 83.109 processos, um aumento de 2.693 processos nos juizados. O Sr. Newton Cesco Junior avançou apresentando o número de processos baixados na Justiça Comum no 2º semestre de 2017 que foi de 89.002 processos e no 1º semestre de 2018 esse número foi de 94.615, havendo uma variação entre eles de 6,3%. Nos juizados os processos baixados no 2º semestre de 2017 foram 48.457 e no 1º semestre de 2018 foram 46.427, com uma variação de -4,2%. O dado, de acordo com a explicação do Sr Newton Cesco Júnior, no comparativo entre o primeiro semestre de 2017 e o primeiro semestre de 2018, apresentou crescimento de 7,5% para a justiça comum e queda de -2,4% para os juizados. O Diretor de planejamento explicou que nos seis primeiros meses de 2017 foram arquivados 88.010 processos enquanto que no mesmo período de 2018 extinguiram-se 94.615 ações na justiça comum; nos juizados a situação foi inversa já que no primeiro semestre de 2017 os cartórios arquivaram 47.579 processos contra 46.427 no mesmo período de 2018. De acordo com o Diretor estes números sinalizam a necessidade de promoção de ações que visem aumentar a quantidade de baixas nos juizados. Foi informado pelo Sr. Newton Cesco Junior que no 2º semestre de 2017 na Justiça Comum foram sentenciados 90.939 processos e no 1º semestre de 2018 foram 96.763, ocorrendo uma variação com o ano anterior de 6,4%. Foram apresentados os dados dos processos sentenciados dos Juizados, sendo no 2º semestre de 2017 a quantidade de 49.913, já no 1º semestre de 2018 foram 47.984 processos, variando em -3,9 %. O Diretor seguiu explicando



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Assessoria de Planejamento

ATA DA 11ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO TJMS – RAE

que no comparativo entre o primeiro semestre de 2017 e primeiro semestre de 2018, houve um crescimento de 14,5% na quantidade de sentenças proferidas pelos magistrados da Justiça Comum. O senhor Newton Cesco Júnior, informou que no ano de 2017 foram proferidas 84.520 sentenças enquanto que em 2018 o número subiu para 96.763 sentenças. Nos juizados, segundo análise do Diretor, o crescimento ocorreu de forma mais tímida, já que foi registrada uma variação de 1,8% a mais no comparativo entre os dois anos. Nos seis primeiros meses do ano de 2017 foram feitas 47.121 sentenças e em 2018, no mesmo período foram 47.984 documentos. O Diretor de planejamento pontuou que embora de forma geral a queda nas distribuições e aumento dos arquivamentos, configurando resultados positivos, o estoque de processos ainda é grande, sendo necessárias ações para diminuir o acervo. Não havendo mais nada a deliberar, eu, Tatiana Barbosa Rodrigues, lavrei a presente ata e dou-a por encerrada. Após, será repassada pelo SCDPA para assinatura digital dos membros do Comitê.

6. FECHAMENTO DA ATA

Participantes

Assinatura Digital

1. Luiz Antonio Cavassa de Almeida (Juiz Auxiliar da Presidência)
2. Dr. Fábio Possik Salamene (Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça)
3. Newton Cesco Júnior (Diretor de Planejamento)
4. Tatiana Barbosa Rodrigues (Coordenadora de Planos Institucionais)
5. Adriane M. Velásquez Campozano (Analista Judiciário - Coordenadoria de Planos Institucionais)

7. DATA DA ATA

Campo Grande, 13.08.2018